



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA**

RELATÓRIO - Nº 0957961 - CI, 31 DE MARÇO DE 2025

Item 2 do Anexo X do Manual de Elaboração da Prestação de Contas de Gestão 2024, conforme Instrução Normativa nº 002/2017 – TCE/RR

RELATÓRIO DE AUDITORIA DA GESTÃO MPRR

INTRODUÇÃO

Em atendimento à Instrução Normativa nº 002/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, apresentamos o Relatório de Auditoria da Gestão do Ministério Público do Estado de Roraima relativo ao exercício de 2024.

I. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL, COMPRAS E CONTRATOS, RECURSOS HUMANOS E FISCAL.

DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O orçamento do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR) no exercício de 2024 somou R\$ 144.513.988,21 (cento e quarenta e quatro milhões, quinhentos e treze mil, novecentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos) correspondendo a 8% a mais da dotação autorizada em 2023 (vide Quadro nº 1).

Das despesas previstas para 2024, foram empenhadas 99,8% e destas, 95% restaram liquidadas, representando um desempenho semelhante ao do exercício de 2023 em relação à execução das despesas (vide Quadro nº 1).

Quadro nº 1 – Comparativo de Dotação Orçamentária, Despesas Empenhadas e Liquidadas

Ano	Dotação Orçamentária	Relação Dotação 2024/2023	Despesas Empenhadas	% Desp. Empenhadas em relação ao orçamento	Despesas Liquidadas	% Desp. Liquidadas em relação ao empenhado
2024	R\$ 144.513.988,21	8%	R\$ 144.154.970,96	99,8%	R\$ 136.735.937,48	95%
2023	R\$ 134.088.184,00	-	R\$ 133.737.853,79	-	R\$ 126.995.370,23	-

Fonte: Diretoria Orçamentária e Financeira/Fiplan

DAS RECEITAS

As receitas do MPRR em 2024 se originaram dos repasses financeiros efetuados pelo Governo do Estado de Roraima e da receita própria dos rendimentos de aplicações financeiras e ressarcimento de despesas que somaram R\$ 144.486.334,50 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos), vide Quadro nº 2.

Quadro nº 2 – Crédito Orçamentário e Receita Própria

Descrição	Previsto	Recebido
Crédito Orçamentário	R\$ 135.213.658,00	R\$ 141.713.327,79
Receita Própria	-	R\$ 2.773.006,71
Total	R\$ 135.213.658,00	R\$ 144.486.334,50

Fonte: Diretoria Orçamentária e Financeira/Fiplan

Vale ressaltar que não houve atraso no repasse e, portanto, o crédito orçamentário foi liberado regularmente na sua totalidade até o final do exercício.

DAS DESPESAS

A despesa total empenhada pelo MPRR alcançou o valor de R\$ 144.154.970,96 (cento e quarenta e quatro milhões, cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e noventa e seis centavos), 99,5% deste valor corresponde ao empenhamento em despesas correntes, conforme Quadro nº 3 a seguir.

Quadro nº 3 – Despesas Correntes e de Capital empenhadas

•

10. Despesas	11. Empenhadas	12. Sobre o total
13. Despesas Correntes	14. R\$ 143.479.059,15	15. 99,5%
16. Despesas de Capital	17. R\$ 675.911,81	18. 0,5%
19. Total	20. R\$ 144.154.970,96	21. 100%

Fonte: Diretoria Orçamentária e Financeira/Fiplan

Das despesas correntes empenhadas, 83% foram destinadas ao pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas e encargos sociais, perfazendo o valor de R\$ 118.699.008,35 (cento e dezoito milhões, seiscentos e noventa e nove mil, oito reais e trinta e cinco centavos).

No que se refere às despesas de custeio, aquisição de produtos e prestação de serviços, foram empenhados R\$ 24.780.050,80 (vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta mil, cinquenta reais e oitenta centavos), representando 17% das despesas correntes, segundo o Quadro nº 4 a seguir.

Quadro nº 4 – Detalhamento das Despesas Correntes empenhadas

•

--	--	--

25. Despesas Correntes	26. Empenhadas	27. %
28. Pessoal e Encargos Sociais	29. R\$ 118.699.008,35	30. 83%
31. Outras Despesas Correntes (aquisição de material/serviço, auxílios, indenizações e outros)	32. R\$ 24.780.050,80	33. 17%
34. Total	35. R\$ 133.051.434,46	36. 100%

Fonte: Diretoria Orçamentária e Financeira/Fiplan

No tocante às despesas de capital no valor de R\$ 675.911,81 (seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos e onze reais e oitenta e um centavos) foram investidos em obras, instalações e aquisição de equipamentos.

Em 2024, o MPRR adquiriu bens móveis no valor de R\$ 223.077,78 (duzentos e vinte e três mil, setenta e sete reais e setenta e oito centavos), 77% deste montante correspondem a aquisição de equipamentos de processamento de dados e equipamentos de áudio, vídeo e foto.

Considerando o saldo patrimonial de 2023, a entrada de bens do MPRR, a transferência de bens do FUEMP, a baixa patrimonial em 2024, registrou-se um saldo patrimonial em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 20.390.106,11 (vinte milhões, trezentos e noventa mil, cento e seis reais e onze centavos), 3% a menos do valor evidenciado no exercício anterior.

DAS COMPRAS E CONTRATOS

Com o objetivo de suprir as necessidades do órgão no cumprimento da sua função ministerial, o MPRR autuou 33 (trinta e três) processos administrativos para aquisição de material/bem e contratação de empresa prestadora de serviços, sendo 14 (quatorze) procedimentos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico, 12 (doze) Dispensas de Licitação e 7 (sete) Inexigibilidades de Licitação devidamente fundamentadas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

Ademais, todo processo de aquisição de material, bem ou serviço, perpassa ao exame dos Agentes de Contratação ou da Comissão Permanente de Contratação e à análise da Assessoria Jurídica, antes da tomada de decisão pelo Ordenador de Despesas.

Em 2024, vigeram 159 (cento e cinquenta e nove) contratos administrativos/notas de empenho, cuja execução foi acompanhada por, no mínimo, um fiscal e um gestor para atestar

seus aspectos operacionais, financeiros e administrativos.

Vale ressaltar que tanto os processos de aquisição, como os contratos administrativos firmados observaram as formalizações prescritas às Leis nº 14.133/2021, 8.666/1993, nº 10.520/2002, Decretos nº 11.462/2023, nº 10.024/2019 e nº 7.892/2013 dentre outras normas pertinentes.

DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A atividade finalística deste Órgão Ministerial em 2024 foi desenvolvida por 50 (cinquenta) membros, sendo 10 (dez) Procuradores de Justiça e 40 (quarenta) Promotores de Justiça.

Concernente ao auxílio na atividade ministerial, o MPRR finalizou a folha de pessoal de dezembro de 2024 com 297 (duzentos e noventa e sete) servidores, 153 efetivos e 144 (comissionados/sem vínculo).

Importa evidenciar que dos 214 (duzentos e quatorze) cargos comissionados e funções de confiança ocupados, 33% se encontravam preenchidos por servidores efetivos.

O Ministério Público contou ainda com a força de trabalho de 46 (quarenta e seis) estagiários: 45 (quarenta e cinco) de nível superior – em Administração, Ciência da Computação, Ciências Contábeis e Direito – e 1 (um) de nível médio que laboraram nas áreas finalística e administrativa na capital Boa Vista e nas Promotorias de Justiça dos municípios do interior do Estado de Roraima.

DA GESTÃO FISCAL

Em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, foi publicado quadrimestralmente o Relatório de Gestão Fiscal no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (Siconfi/STN), no Diário Eletrônico e no Portal da Transparência do MPRR.

Inferre-se dos Relatórios de Gestão Fiscal publicados que o comportamento da despesa com pessoal perante a Receita Corrente Líquida seguiu abaixo dos limites prudencial e máximo, de 1,90% e 2,00%, respectivamente, estabelecidos na Lei nº 101/2000.

Relatório de Gestão Fiscal	Data de Publicação (Diário Eletrônico do MPRR)	%
1º Quadrimestre	28/05/2024	1,28%
2º Quadrimestre	20/09/2024	1,24%

3º Quadrimestre	29/01/2025	1,26%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		1,80
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)		1,90
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		2,00

Ainda em cumprimento às normas supracitadas, foi elaborado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e encaminhado bimestralmente à Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima para consolidação e publicação.

II. IRREGULARIDADES CONSTATADAS QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO

Não houve irregularidades constatadas que resultaram em dano ao erário.

III. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS INTERNAS ADOTADAS PARA RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO

Não houve constatação de dano ao erário.

IV. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS INSTAURADAS

Não houve instauração de Tomada de Contas no exercício de referência.

V. DELIBERAÇÕES DO TCERR ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Não houve deliberação do TCERR no exercício de referência.

VI. DELIBERAÇÕES DO TCERR PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Não houve deliberação pendente de atendimento ao final do exercício de referência.

CONCLUSÃO

Examinados os atos de gestão por esta unidade de Controle Interno, avaliamos que as atividades desenvolvidas em 2024 pelo MPRR nas áreas Orçamentária, Financeira, Patrimonial, Compras e Contratos, Recursos Humanos e Fiscal sucederam com regularidade e estrito cumprimento da legislação vigente, outrossim, não houve ocorrência de dano ao erário ou deliberações do TCERR pendentes de atendimento no exercício de referência.



Documento assinado eletronicamente por **MARY MAURA MACEDO LOPES, Coordenador de Controle Interno**, em 31/03/2025, às 17:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0957961** e o código CRC **711CD72F**.